



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Locomotiva da economia

O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB) fez, ao **Repórter Brasília**, um rápido balanço da situação do agronegócio, que já foi chamado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) de “locomotiva da economia do Brasil”. O parlamentar afirmou que “a única parte da cadeia produtiva que não põe preço, nem no que compra nem no que vende, é o produtor rural.”

Sócios sem plantar

Na avaliação de Alceu Moreira, “se todos os outros valores contribuintes para o custo de produção são aleatórios, são controlados por outros, eles acabam se transformando em sócios da produção primária sem plantar e sem colher”. O congressista apresentou uma série de fatores que impactam no setor rural: “o frete marítimo sobe oito vezes; o juro bancário sobe; chips de computador que estão em Taiwan sobem 94%, e eles não têm disponível, e a máquina também sobe. Temos a guerra da Rússia e Ucrânia, que o adubo duplica e quase triplica de preço”.



GABINETE/DIVULGAÇÃO/JC

Planejamento e previsibilidade

No entendimento de Alceu Moreira, “o agro brasileiro precisa perceber que tem que trabalhar com duas palavrinhas importantes, que é decenalidade, planejamento por 10 anos, e previsibilidade”. Na opinião do congressista, “o que nós temos que fazer é discutir uma pauta nacionalista dentro de um mundo globalizado”.

Agronegócio independente

Alceu Moreira defende que o agronegócio tem que ser o mais independente possível para não ser vulnerável aos riscos externos, que é o que nós não fizemos. “Não temos uma jazida de potássio pronta para colocar em funcionamento caso precise, não temos uma fábrica de chips, duas ou três, de computador, para caso a China ponha a mão em cima de Taiwan, e ficaríamos sem os semicondutores.”

Pratos vazios

“Todos nossos equipamentos são robôs em cima de quatro pneus”, afirma Alceu Moreira. “Nós paramos o Brasil se não fizermos isso. Tem uma série de fatores para o agro brasileiro que precisa de previsibilidade. Se nós não tivermos isso, nós continuaremos sendo vulneráveis, só que a diferença é que o bem que nós vendemos é alimento. Se nós não conseguirmos cumprir um contrato estabelecido com alguém de fora, nós vamos deixar pratos vazios.”

Exportação para 210 países

Para o deputado Alceu Moreira, “no volume de exportação, com certeza, não teremos prejuízo, porque alargamos enormemente o mercado, estamos exportando para 210 países. Quando temos um problema num ou noutro país, logo, logo outro recupera. Temos problemas pontuais, como é o caso da carne suína, porque esse é um volume bastante grande, uma vez que a China ampliou a produção muito mais que o esperado e acabou gerando um super estoque que teremos que desovar rapidamente”.

Falta alimentos no mundo

O parlamentar não tem dúvidas que “nesse gráfico de altos e baixos, tudo vai voltar ao normal”. Nos volumes de exportação de alimentos, garante o deputado, “tudo o que nós produzimos no Brasil, venderemos, com certeza. Há falta de alimentos no mundo”.

A cada 10 famílias, 6

Entrevista Especial

Marcus Meneghetti
marcus@jornaldocomercio.com.br

“A cada 10 famílias brasileiras, 6 estão passando dificuldades para comer em 2022”, afirma com preocupação o presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) do Rio Grande do Sul, Juliano de Sá. Esse é um dos dados do II Inquérito da Insegurança Alimentar - pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) - que trouxe à tona dados alarmantes: 33,1 milhões de brasileiros (cerca de 15% da população) não têm nada para comer.

“Cerca de 10% da população brasileira já não almoça mais; 15% abre mão do café da manhã; e praticamente 20% dos brasileiros não jantam mais. Além disso, 15% da população brasileira não têm nada para comer”, detalha o presidente do Consea, ao citar a pesquisa.

Embora os números detalhados de cada estado ainda não tenham sido divulgados, as estatísticas por região dão uma noção do cenário no Rio Grande do Sul. Na Região Sul, quase metade da população está passando por algum grau de inseguranças alimentares.

“Aproximadamente, 48,2% da população vive com algum grau de insegurança alimentar e nutricional (nos três estados da Região Sul). Desses, 26,5% não têm a garantia da próxima refeição; 11,8% estão abrindo mão de uma das refeições; e 9,9% não tem nada para comer - o que significa que, mais ou menos, 1,1 milhão de gaúchos e gaúchas não teriam nada para colocar na mesa”, citou Sá.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o presidente do Consea-RS também explica os motivos que levaram ao alto índice de insegurança alimentar. Os principais, conforme Sá, são as alterações no Programa de Aquisição de Alimentos (rebatizado de Programa Alimenta Brasil) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Ele comenta ainda o impacto da pandemia no aumento da fome.

Jornal do Comércio - No início de junho, saiu o resultado do II Inquérito da Insegurança Alimentar, que é possivelmente o maior estudo sobre a fome no Brasil. Os

dados revelam que 33,1 milhões de brasileiros - 15% da população - não têm o que comer. Qual a importância desse estudo?

Juliano de Sá - Além dos 33,1 milhões de pessoas que estão passando fome, o estudo mostra 125 milhões que estão em algum grau de insegurança alimentar e nutricional. Isso significa que, a cada 10 famílias, 6 estão passando dificuldade para comer. Esse relatório é feito pela Rede Penssan. São professores e professoras renomadas do Brasil, de diversas organizações, com prestígio internacional, que têm trazido essa discussão desde 2020, quando iniciaram os estudos do I Inquérito da Insegurança Alimentar.

JC - O que significa “algum grau de insegurança alimentar”?

Sá - Existe mais de um grau. Por exemplo, uma parcela da população (de 125 milhões de brasileiros) não tem a garantia da próxima refeição. São pessoas que não sabem se conseguirão o próximo almoço, jantar ou café da manhã. Essas pessoas frequentam as cozinhas solidárias e os programas de assistência que estão distribuindo alimentos. Outra parcela significativa é composta pelas pessoas que vivem com um grau leve de insegurança alimentar nutricional, que se refere às pessoas que estão abrindo mão de alguma refeição do dia. Nesse caso, não se trata da incerteza sobre a próxima refeição, elas já sabem que não conseguirão o próximo almoço, jantar ou café da manhã, então elas já abriram mão. O inquérito detalha esse grau de insegurança alimentar: cerca de 10% da população brasileira já não almoça mais; 15% abre mão do café da manhã; e praticamente 20% dos brasileiros não jantam mais. Além disso, 15% da população brasileira - ou seja, 33,1 milhões de brasileiros e brasileiras - não têm

nada para comer. Somando o percentual das pessoas que abrem mão de alguma refeição e as que não tem nenhuma, chegamos a 60% da população vivendo em insegurança alimentar.

JC - Qual o cenário no Estado?

Sá - Ainda não temos disponível o detalhamento territorial por estado, com os municípios pesquisados. Mas o recorte regional já nos dá um prognóstico do RS, porque não há grande disparidade entre os estados da Região Sul. Segundo a pesquisa, nossa região é a que menos sofre com a fome. Mesmo assim, os dados são assustadores. Por exemplo, 48,2% da população vive com algum grau de insegurança alimentar e nutricional. Desses cerca de 48%, 26,5% não têm a garantia da próxima refeição seguinte; 11,8% estão abrindo mão de uma das refeições; e 9,9% não têm nada para comer - o que significa que, mais ou menos, 1,1 milhão de gaúchos e gaúchas que não têm nada para colocar na mesa. No total, quase metade dos gaúchos está em situação de insegurança alimentar.

JC - Em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) tirou o Brasil do mapa da fome mundial. Em 2021, quando saiu o relatório do I Inquérito da Insegurança Alimentar, o número de pessoas sem ter o que comer girava em torno de 19,1 milhões no país. Agora, são 33,1 milhões. O que explica a volta da fome?

Sá - Em 2014, o relatório da ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO) anunciou que o Brasil tinha saído do mapa da fome. O próprio relatório indicava os principais fatores que permitiram essa saída: de um modo geral, foi uma política pública transversal, articulada e sistêmica, combinada com o controle social, através do Consea. De



“Em 2018, o IBGE apontava a volta ao mapa da fome. Houve um desmonte de políticas públicas e a pandemia”